

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ENTRE TRADIÇÕES E MODERNIDADES: REPRESENTAÇÕES SOBRE A
ARQUITETURA NEOGÓTICA NAS DÉCADAS DE 1910 E 1920 NA CIDADE DO
RECIFE

DIOMEDES DE OLIVEIRA NETO

RECIFE

2021

DIOMEDES DE OLIVEIRA NETO

ENTRE TRADIÇÕES E MODERNIDADES: REPRESENTAÇÕES SOBRE A
ARQUITETURA NEOGÓTICA NAS DÉCADAS DE 1910 E 1920 NA CIDADE DO
RECIFE

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de História da Universidade
Federal Rural de Pernambuco, como requisito
para obtenção do título de Licenciado em História

Orientadora: Prof.^a Élcia de Torres Bandeira

Recife

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- 048e Oliveira Neto, Diomedes de
Entre Tradições e Modernidades: Representações sobre a arquitetura neogótica nas décadas de 1910 e 1920 na cidade do Recife / Diomedes de Oliveira Neto. - 2021.
44 f.
- Orientadora: Elcia de Torres Bandeira.
Inclui referências e anexo(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, 2021.
1. arquitetura neogótica. 2. Recife. 3. civilização. 4. tradição. 5. modernidade. I. Bandeira, Elcia de Torres, orient. II. Título

TERMO DE APROVAÇÃO

DIOMEDES DE OLIVEIRA NETO

ENTRE TRADIÇÕES E MODERNIDADES: REPRESENTAÇÕES SOBRE A ARQUITETURA NEOGÓTICA NAS DÉCADAS DE 1910 E 1920 NA CIDADE DO RECIFE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, pré-requisito para finalizar a disciplina de TCC II e grau no curso de Licenciatura em História.

Profa. MS^a Élcia de Torres Bandeira
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de História

Profa. Dr^a Lúcia Falcão Barbosa
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de História

Profa. Dr^a. Paula Ferreira Vermeersch
Universidade Estadual Paulista
Departamento de Geografia FCT – Unesp – Presidente Prudente

Recife, Dezembro de 2021

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DO TCC	6
2. ARTIGO CIENTÍFICO	9
3. ANEXO – Normas de Publicação da Revista	42

1. APRESENTAÇÃO DO TCC

Os escritos presentes neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para a graduação de Licenciatura Plena em História na UFRPE são resultados de parte das muitas pesquisas que venho realizando desde o ano de 2013, ainda quando concluía os estudos do Bacharelado em História na UFPE.

Desde a monografia do bacharelado, e posteriormente também durante a realização de meu mestrado em História Social na UFRJ (2015-2017), propus adotar como principal objeto de pesquisa as produções e recepções das arquiteturas neogóticas no Brasil, com destaque para os diversos cenários no Estado de Pernambuco, entre o último quartel do século XIX até a década de 1930. Uma das minhas inquietações era como um movimento arquitetônico que revisitava um passado ocidental europeu (no caso os tempos do gótico medieval) havia sido tão popular nas edificações no Brasil no início do século XX, sobretudo nas arquiteturas religiosas cristãs.

Para além de uma preocupação de ordem estética ou formalista para com esta expressão arquitetônica, estava disposto a problematizar o objeto da arquitetura a partir de preocupações de ordem social, política, econômica e cultural, tão cara aos estudos históricos, destacando-se também os usos e interpretações de um passado construtivo que não havia sido experimentado em terras brasileiras.

Para tanto, me dispus a buscar compreensões sobre as diversas práticas e representações em torno destas arquiteturas, situando os diversos agentes envolvidos nas produções, recepções e circulações destes fazeres e saberes arquitetônicos, a fim de evidenciar os interesses e usos de ordem social e político, relacionados também aos projetos de sociedade junto às reformulações das cidades e de instituições na virada do século XIX para o século XX no mundo ocidental.

O resultado da pesquisa para este TCC seria mais uma das minhas preocupações em torno da complexidade desta temática: problematizar as representações tecidas por parte de intelectuais influentes nos jornais de grande circulação das décadas de 1910 e 1920 no Recife acerca destas arquiteturas neogóticas, num momento em que a cidade sofria transformações em suas fisionomias e sociabilidades, destacando-se naquele momento dois projetos de modernidade em disputa - entre uma proposta mais cosmopolita de cidade e outra mais preocupada com questões regionais e de identidades locais.

Para tanto, mais uma vez recorri a uma espécie de História das Representações, tal como propõe o historiador francês Roger Chartier, a fim de perceber as relações entre discursos e práticas empreendidas por agentes influentes nos arranjos políticos e sociais da cidade do Recife. Desta forma, determinadas representações/significações construídas e compartilhadas entre estes agentes reverberavam também em práticas específicas a depender das interpretações e interesses em jogo, seja para estimular uma produção cada vez maior destas arquiteturas ou para depreciá-la, resultando em demolições, embargos a obras e reformas urbanas, em prol da preservação de antigas paisagens e arquiteturas da cidade.

Além disso, recorri também aos conceitos de *civilização* e *kultur*, tal como propõe o sociólogo Norbert Elias, a fim de compreender os dois principais projetos de modernidade em disputa naquele momento (entre os cosmopolitas e regionalistas), atentando-se também às contradições e limites desses projetos de modernidade, e como a arquitetura neogótica se inseria e era interpretada em cada um destes projetos.

Estes estudos sinalizam não apenas a trazer outras possibilidades de análises para o vasto campo de uma História da Arquitetura, a perceber os aspectos culturais, sociais e políticos em torno destas produções e usos, como também traz possíveis contribuições para uma História Urbana construída a partir de uma perspectiva da História Cultural, evidenciando os diferentes discursos e práticas envolvidos e em disputa para o que se desejava enquanto cidade nas capitais brasileiras da Primeira República no século XX.

Das contribuições ao Ensino de História acredito que este trabalho traga subsídios para outras leituras da cidade do Recife, permitindo ao professor-pesquisador do Ensino Básico explorar junto aos seus alunos quais seriam os sonhos e expectativas da população, dos políticos e dos intelectuais a respeito das transformações e processos de modernização empreendidos na cidade no início do século XX. O que se entendia então por *civilização*? E por *moderno*? A quem interessava um *novo* Recife em disputa com uma cidade ainda *antiga/tradicional* (colonial) a ser preservada.

Tais problemas e questionamentos podem também ser trazidos para tempos presentes, quando cidades como o Recife se transformam continuamente aos sabores de interesses imobiliários neoliberais, e constantemente os antigos e novos Recifes sobem ao palco de disputas de ordem política e econômica, a constantemente desenharem e (re) desenharem as paisagens físicas e sociais da cidade, revelando suas contradições, mudanças e permanências.

Dentre as possibilidades de formato de TCC previstas pelo regulamento do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, optamos pelo artigo científico. Tal escolha foi pensada pela capacidade de uma maior circularidade de

textos desta natureza, com um estímulo à publicação em revistas científicas do campo da História.

Para tanto, escolhemos como revista-modelo para submissão do artigo, a Revista Escrita da História, um periódico que se propõe a priorizar pesquisas que apresentem ineditismo tanto em fontes históricas quanto em abordagens pouco convencionais. A escolha se torna também viável já que a revista aceita trabalhos tanto de novos pesquisadores (ainda graduandos) quanto de pesquisadores já consolidados. Destacamos também que na última avaliação da Capes em 2019, a Revista recebeu a nota A4, o que garante o seu destaque de divulgação de conhecimento no campo da História.

2. ARTIGO CIENTÍFICO

Entre tradições e modernidades: representações sobre a arquitetura neogótica nas décadas de 1910 e 1920 na cidade do Recife.

RESUMO

O trabalho propõe evidenciar e analisar representações construídas a respeito das produções de arquitetura neogótica na cidade do Recife nas décadas de 1910 e 1920. Tratam-se de discursos produzidos por intelectuais influentes nas páginas de jornais de grande circulação na cidade, num momento em que o Recife passava por transformações na sua fisionomia e em suas sociabilidades, ancoradas em sentidos de modernização e de civilização. A partir de uma análise das fontes jornalísticas, buscou-se interpretações dos discursos sob a ótica de uma História Cultural das Representações a fim de perceber os diferentes significados de civilização, tradição e modernidade em disputa, as consequentes práticas que se desdobraram dessas significações e onde a arquitetura neogótica se inseriu nestes diferentes projetos de cidade sonhados para as capitais brasileiras na Primeira República.

Palavras-chave: arquitetura neogótica; Recife; civilização; tradição; modernidade

ABSTRACT

This paper proposes to highlight and analyze representations about the neo-Gothic architecture productions in the city of Recife in the 1910s and 1920s. These were discourses produced by influential intellectuals on the pages of newspapers with wide circulation in the city, at a time when Recife was undergoing transformations in its physiognomy and in its sociability, anchored in the senses of modernization and civilization. From an analysis of journalistic sources, interpretations of the speeches were sought from the perspective of a Cultural History of Representations in order to understand the different meanings of civilization, tradition and modernity in dispute, the consequent practices from these meanings and where neo-gothic architecture was part of these different city projects dreamed of for Brazilian capitals in the First Republic.

Key-words: neo-Gothic architecture; Recife; civilization; tradition; modernity

Introdução

A chamada arquitetura neogótica, experimentada nos séculos XVIII e XIX na Europa, é resultado de interpretações sobre as edificações do passado medieval europeu, donde as recriações e usos contemporâneos de formas arquitetônicas do gótico foram estimulados por intelectuais e arquitetos. Para além de uma preocupação estético-formal, os entusiastas do neogótico se mobilizaram por um movimento artístico revestido de preocupações de ordem política, social, moral e religiosa cristã, como uma espécie de reação às transformações políticas, sociais e urbanísticas vivenciadas na Europa das revoluções industriais.¹

No Brasil, a produção da arquitetura neogótica teve grande destaque nas primeiras décadas do período republicano, tanto nas capitais como nas áreas interioranas, sendo classificada na historiografia como componente da chamada arquitetura eclética, historicista ou revivalista², a dividir as pranchas e projetos dos arquitetos da época com diversas outras formas do passado (a exemplo do neoclássico, neorromânico, neobarroco, etc.), sobretudo no tratamento de fachadas das edificações.

Portanto, na historiografia da arquitetura no Brasil, podemos associar a arquitetura neogótica ao amplo universo da chamada arquitetura eclética (ou historicista), que consistia numa espécie de reabilitação e de reinterpretações de formas arquitetônicas de diferentes momentos e sociedades dos passados ocidentais europeus. Assim, novos projetos arquitetônicos eram desenhados tomando por base tais referências do passado, podendo uma edificação apresentar tanto uma miscelânea de formas e estilos (ecléticas), quanto se configurar estilisticamente de maneira mais uniforme e homogênea (revivalismos).³

É importante destacar também que apesar de se debruçar em citações do passado, as arquiteturas ecléticas ou revivalistas revestiam-se de sentidos de modernidade e de modernização, tornando-se símbolos materiais de um pretense e esperado progresso nas grandes cidades capitalistas europeias e americanas a partir do século XIX. Tratava-se de uma expressão arquitetônica que prezava por uma estilização de formas do passado adaptadas a novos usos e funções, além de considerar soluções contemporâneas de projetar e de

¹ A pesquisa da historiadora Cristina Meneguello apresenta de maneira mais aprofundada como se desenvolveram as atitudes perante o neogótico, com destaque para o cenário da Inglaterra do século XIX. In: MENEGUELLO, Cristina. *Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra Vitoriana*. São Paulo: Annablume, 2008.

²FABRIS, Annateresa. *Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização*. Anais do Museu Paulista. Nova Série, n.1, 1993.

³ PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa. (org). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

construir, a exemplo da adoção de materiais industriais produzidos em larga escala, como o ferro, o cimento e o vidro, bem como uma produção e comercialização de projetos direcionados a um crescente mercado de especulação imobiliária.⁴

No caso específico da arquitetura neogótica, em países como o Brasil, que não experimentaram um passado medieval europeu, as interpretações e usos dessas arquiteturas iam além de interesses de modismos ou de gosto da época. Popularmente presente em muitas edificações entre o último quartel do século XIX a meados do século XX, o neogótico se expressaria, sobretudo nos templos cristãos e construções correlatas (escolas, conventos e hospitais religiosos), a revelar uma escolha estética que se associava aos interesses político-institucionais das igrejas católicas e protestantes cristãos, como uma espécie de reação ante as mudanças sociais e políticas experimentadas desde fins do século XIX e que afetaram diretamente as influências e poderes destas instituições junto às sociedades americanas.⁵

Em Pernambuco, entre as últimas décadas do século XIX até a metade do século seguinte, a escolha pelo neogótico seria presente tanto nas construções civis, quanto principalmente na arquitetura religiosa católica, quando dioceses, congregações religiosas e paróquias interpretavam o neogótico como uma espécie de estilo mais internacional e civilizado, sustentado nas referências europeias e desembaraçado do passado construtivo colonial local.

Além disso, o neogótico estaria esteticamente e moralmente sintonizado com as propostas daquele momento da Igreja Católica de se apoiar em uma história e tradição da instituição em defesa de um cristianismo universal, em paralelo também com a uniformização de cultos tomados como oficiais a exemplo do Sagrado Coração de Jesus ou da Imaculada Conceição. Neste sentido, a opção pelo neogótico reveste-se também, entre muitos membros das dioceses e da sociedade civil, de valores morais, institucionais e litúrgicos defendidos internacionalmente pela Santa Sé.⁶

Tal como as outras arquiteturas ecléticas e revivalistas, o neogótico parece assumir também sentidos de uma expressão de cosmopolitismo e de civilização ocidental nas cidades brasileiras no início do século XX. Paralelo e em contraposição a essas ideias de civilização e cosmopolitismo, então estimuladas por intelectuais e políticos brasileiros (e pernambucanos)

⁴ PATTETA, 1987, p. 13

⁵ CHECA-ARTASU, M. ; NIGLIO, O. (orgs.) *El neogótico en la arquitectura americana*. História, restauración, reinterpretaciones y reflexiones. Roma: Aracne Editrice, 2016. p. 13

⁶Essa relação entre a arquitetura neogótica e as propostas institucionais da Igreja é melhor discutida no trabalho deste mesmo pesquisador em sua dissertação de mestrado: OLIVEIRA NETO, Diomedes de. *Ecoss das catedrais: representações do neogótico na neocristandade dos sertões de Pernambuco na década de 1920*. Mestrado em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

durante toda a primeira metade do século XX, outros grupos de pensadores, sobretudo a partir da década de 1920, estariam preocupados nas buscas e definições de uma identidade nacional/regional, que deveria também se tornar manifesto nas produções culturais e nas formas das cidades, incluindo-se a arquitetura. Esta identidade estaria amparada por uma noção de tradição inventada,⁷ a representar um pretense passado e cultura coesos, então legitimados como nacional.

No caso do Brasil, e também em Pernambuco, tal identidade e tradição artístico-arquitetônica em comum defendida pelos nacionalistas ou regionalistas residiria na arte e arquitetura dos tempos coloniais, aqui adotadas como expressões máximas de uma brasilidade. Assim, as reformas ou novas construções neogóticas aplicadas, sobretudo nas igrejas coloniais brasileiras, começaram a ser percebidas por intelectuais pernambucanos, ao longo das décadas de 1920 e 1930, como uma ameaça à sobrevivência das antigas referências identitárias, sejam estas consideradas locais ou nacionais.

Diante deste contexto da arquitetura neogótica no Brasil, e mais especificamente em Pernambuco e no Recife das décadas de 1910 e 1920, temos como preocupação neste artigo, problematizar os discursos produzidos pelos intelectuais e críticos da época acerca desta arquitetura, e suas conseqüentes implicações num momento de transformações da fisionomia e das sociabilidades de muitas capitais brasileiras, acompanhando os anseios de progresso e de projetos de modernidade na época republicana nascente.

Por se tratar de análises que buscam interpretar determinados discursos produzidos por intelectuais pernambucanos acerca da arquitetura neogótica, e como esses discursos reverberaram tanto na construção de novas edificações na cidade do Recife, como em transformações no desenho da cidade, entendemos que essa análise se insere no campo da História Cultural, ou mais precisamente na História das Representações⁸, ao nos preocuparmos com as representações discursivas e conseqüentes práticas em torno do neogótico no Recife das décadas de 1910 e 1920.

De acordo com o historiador Roger Chartier, uma História das representações se dispõe a pensar “outros modos de articulação entre as obras ou as práticas e o mundo social, sensíveis ao mesmo tempo à pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade, e à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos partilhados.”⁹ Assim, diante das produções de arquitetura neogótica no Recife nas décadas de 1910 e 1920, nossa preocupação

⁷ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. p. 11-12

⁸ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. *Estud. av.*, São Paulo, v. 5, n. 11, abril 1991.

⁹ CHARTIER, 1991, p.177

consiste em problematizar as interpretações, usos e sentidos construídos e partilhados coletivamente acerca dessas obras, revelando, por vezes diferentes representações coletivas em disputa a significarem e construírem, no caso, o espaço físico e social da cidade.

No que diz respeito à arquitetura neogótica no Recife, percebemos pelo menos dois posicionamentos ou representações coletivas em conflito, a partir dos discursos e práticas empreendidos pelos intelectuais locais: aqueles partidários da arquitetura neogótica e de outros revivalismos e ecletismos arquitetônicos, tomados como símbolos de uma civilização internacional e ocidental, a ser considerado também para os desenhos e vivências das cidades; e um grupo reacionário a um cosmopolitismo, defensor da construção de uma identidade e de valores nacionais ou regionais, prezando por sentidos de tradição em prol da produção e preservação de uma arte e arquitetura pretensamente brasileira, contrários, portanto a arquiteturas historicistas de matrizes europeias, como era o caso do neogótico.

Para uma melhor compreensão dessas distintas representações em disputa, recorreremos aos conceitos propostos pelo sociólogo Norbert Elias¹⁰: o de civilização, que representa uma noção de consciência de ser ocidental, prezando por um universalismo e cosmopolitismo; e o conceito de *kultur*, que diz respeito a inclinações nacionalistas em prol de valores e sentimentos de tradição e de posturas identitárias. Assim, consideramos que cada um desses conceitos nos auxiliou nas análises documentais acerca das duas representações coletivas em disputa sobre a arquitetura neogótica no Recife do início do século XX.

Além disso, por se tratar de um momento de anseios por novidades e de transformações urbanísticas e sociais num Brasil recém republicano de inícios do século XX, buscamos dialogar também com as noções de modernidade e modernização¹¹, então presentes nos discursos de nossa documentação analisada. Assim, quão modernos seriam os usos e valorações de uma arquitetura historicista como o neogótico? Qual o lugar desta arquitetura nos projetos de modernidade na cidade do Recife nas décadas de 1910 e 1920, então projetos tensionados entre um “novo” e um “velho” Recife, atravessados por limitações, inconclusões e múltiplas possibilidades.

Ainda nas reflexões do campo da História Cultural, acreditamos também tecer relações com uma espécie de “História das representações urbanas”, tal como defende a historiadora

¹⁰ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Vol.1. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

¹¹ LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno in: *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2012; BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007; GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade e modernização. In.: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Sandra Jatahy Pesavento¹². Assim, a partir de uma problematização das representações em disputa em torno da arquitetura neogótica, conseguimos evidenciar dois projetos de modernidade em conflito que contribuíram para transformações e permanências na fisionomia da cidade: entre um Recife Novo, civilizado, cosmopolita e sintonizado com as capitais europeias; e um Recife Velho, regionalista, disposto a transformações, mas ancorado em suas tradições e referências de um passado urbanístico e arquitetônico.

Sobre uma historiografia da arquitetura neogótica no Brasil, a maioria dos escritos estão inseridos numa historiografia da arquitetura eclética brasileira do século XIX e início do século XX.¹³ Esta historiografia do ecletismo foi negligenciada por muitos pesquisadores e arquitetos da primeira metade do século XX, resumindo-se por vezes a análises mais panorâmicas ou a levantamentos superficiais. Para o caso de Pernambuco, destacamos dois trabalhos importantes¹⁴ de arquitetos locais que buscaram problematizar esta produção arquitetônica sob novas perspectivas, reconhecendo os valores sociais, culturais, políticos e econômicos de um fazer arquitetônico que povoou boa parte das cidades brasileiras durante o período da Primeira República.

Das reavaliações acerca da arquitetura eclética no Brasil a partir da década de 1980, em especialistas como Luciano Patetta¹⁵ e Annateresa Fabris¹⁶ (1987), a preocupação para com a arquitetura eclética (incluindo o neogótico) se configura por se tratar de uma manifestação variável no tempo e no espaço, evitando-se uma análise em bloco. Além disto, as atenções para estas práticas arquitetônicas dos séculos XIX e início do século XX no Brasil, se apresentaram importantes a partir das problemáticas por uma história urbana na Primeira República, nos processos de modernização das cidades a partir de diferentes projetos de modernidade em disputa. Tal reavaliação historiográfica despontaria graças aos novos pensamentos construídos na arquitetura, que possibilitaram à sua historiografia uma revisão do tema a partir da noção dialética entre as razões estético-formais da arquitetura e razões

¹² PESAVENTO, Sandra J. História, memória e centralidade urbana. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/3212>. Acessado em 23 de agosto de 2021.

¹³ BARATA, Mário. Século XIX. Transição e início do século XX. In: Walter Zanini (org). *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983. BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1981; FABRIS, Annateresa. (org). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987. LEMOS, Carlos. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.; SANTOS, Paulo F. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

¹⁴ CARVALHO, Maurício Rocha de. *Ecletismo arquitetônico na cultura pernambucana*. Recife: UFPE, 1992. (Dissertação de mestrado); SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura eclética em Pernambuco*. In: FABRIS, Annateresa (org.). *O ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Edusp; Nobel, 1987, p. 177-207.

¹⁵ PATETTA, 1987

¹⁶ FABRIS, Annateresa. *Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização*. Anais do Museu Paulista. Nova Série, n.1, 1993.

éticas, sociais e políticas¹⁷, além da produção e ressignificação de valores e sentidos tomados a partir destes bens culturais numa sociedade.

Das lacunas observadas nos estudos sobre a arquitetura neogótica em Pernambuco, tanto no que diz respeito à sua produção e recepção, propomos através de nossa pesquisa apresentar uma análise problematizada das representações tecidas em torno do neogótico nas primeiras décadas do século XX, atentando-se às diferentes vozes e agentes envolvidos tanto nas produções e recepções desta arquitetura e suas implicações nos desenhos e sociabilidades urbanas do Recife na Primeira República.

Partindo do nosso objetivo em compreender os discursos tecidos por intelectuais em torno da arquitetura neogótica no Recife das décadas de 1910 e 1920, possibilitando uma análise histórica e contextualizada destes discursos, propomos considerar este objeto a se desenrolar entre representações e práticas que permitiram novas configurações do espaço urbano recifense em tempos de Primeira República. Para tanto, nos debruçamos em fontes jornalísticas locais da época, onde circulavam não apenas muitos desses discursos, mas também notícias e anúncios a evidenciarem produções, usos e recepções da arquitetura neogótica (e outras formas historicistas) na cidade recifense.

Nossa prioridade pela escolha de periódicos se desenhou a partir da própria importância que essas publicações assumiam nas sociedades urbanas de início do século XX, sobretudo como veículos amplificadores das múltiplas e conflituosas vozes de pensadores da época. Sobre as relações entre os jornais e intelectuais pernambucanos nas décadas de 1910 e 1920, o pesquisador e também jornalista atuante em periódicos locais, Manuel de Souza Barros, é enfático ao afirmar que “a imprensa, como divulgação, centralizava um poder muito maior que hoje. Não se podia admitir o intelectual se ele não aparecesse na imprensa numa atividade qualquer¹⁸.”

Apesar de uma certa circularidade de intelectuais e de ideias entre os diferentes periódicos recifenses da época, podemos identificar algumas particularidades nos posicionamentos político-sociais em cada um dos jornais que elencamos, revelando assim diferenças nos discursos/representações em relação aos projetos de modernidade em jogo e os sentidos de tradição e civilização em torno das transformações urbanísticas e arquitetônicas experimentadas no Recife dos anos de 1910 e 1920.

¹⁷ *ibidem*

¹⁸ SOUZA BARROS, Manuel. *A década 20 em Pernambuco: uma interpretação*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985, p. 180.

Enquanto periódicos como o Diário de Pernambuco, de teor mais conservador e aliado aos setores político-econômicos mais tradicionalistas do Estado, constantemente divulgava escritos de intelectuais a exemplo de Gilberto Freyre e Aníbal Fernandes, então partidários de valores regionalistas¹⁹ e anti-cosmopolitas, portanto contrários às arquiteturas e soluções urbanas ecléticas e historicistas “à europeia”, o Jornal do Recife, por vezes apoiador de governos de oposição aos aristocratas do açúcar²⁰, sinalizava discursos favoráveis aos ideais de civilização ocidental europeu, defendendo as requalificações urbanas planejadas para a cidade e demonstrando simpatias às arquiteturas ecléticas (dentre elas, as tantas catedrais e capelas neogóticas).

Além dos periódicos citados acima, outros dois foram selecionados para complementar nossas análises: o vespertino Jornal Pequeno²¹, conhecido por fazer circular artigos publicados na capital federal e mostrar simpatia a governos menos conservadores no Estado; e o jornal A Província, que apresentava artigos e opiniões diversas e por vezes conflituosas ao longo da década de 1910, mas que nos últimos anos da década de 1920, sob a edição de Gilberto Freyre, ganharia tons mais regionalistas quando os assuntos se destinavam a debater as produções e preservações arquitetônicas e projetos urbanísticos para a cidade.

Para uma melhor apresentação de nossas análises, convencionamos dividir o nosso artigo em dois tópicos: um primeiro dedicado aos discursos de intelectuais favoráveis aos sentidos de civilização e de progresso ocidentais, pensados para as transformações urbanas no Recife das primeiras décadas do século XX republicano, sendo, portanto escritores partidários dos usos e ressignificações das arquiteturas historicistas, incluso o neogótico; e um segundo tópico destinado aos intelectuais regionalistas, firmados nos discursos de tradição (*kultur*) em defesa da preservação de um passado artístico-arquitetônico colonial recifense, e, portanto contrários a expressões como o neogótico em novas construções ou projetos da cidade.

Modernidade e civilização: o neogótico na cidade republicana e cosmopolita

Em artigo publicado no vespertino Jornal Pequeno em setembro de 1910, o jornalista pernambucano Mário Melo, em visita à cidade de São Paulo, revela suas impressões sobre a cidade: “São Paulo é a capital civilizada do Brasil, é o centro de todo o progresso de nossa

19 AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984

20 NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Editora Universitária UFPE. Vol. II. Periódicos do Recife (1876-1900). 1972.

21 *ibidem*

pátria (...) Faz gosto ver-se que o camartelo da destruição aniquila tudo que é mau para substituir pelo bom e destrói o bom para em seu lugar levantar o melhor”²².

Comparando com a sua cidade, Recife, o jornalista atenta para que a capital pernambucana acompanhe os ritmos e as transformações da capital paulista: “destruam-se os casarões velhos e anti-higiênicos da rua Imperial substituindo-os por outros (...) prolongando-o até o fim da ilha de Santo Antônio, e teremos também a nossa Avenida Central²³”. A respeito da área mais antiga do Recife, o chamado bairro de mesmo nome, propõe: “destruamos por completo todo esse bairro tétrico e imundo do Recife (...) sobre os escombros lançamos uma cidade nova²⁴”. E ainda sobre São Paulo, finaliza: “visitar São Paulo é criar alma nova, admirar-se da iniciativa de um povo, invejar o seu adiantamento e estimular a ação do progresso”.

Tais ideias de progresso e de civilização, exemplificadas nos escritos deste jornalista, seriam apenas uma amostra de boa parte dos discursos e desejos predominantes nos impressos que circulavam nas capitais brasileiras no início do século XX de um país recém republicano. Para uma cidade ser considerada civilizada, naquele momento, deveria estar sintonizada a uma espécie de “consciência de Ocidente”, tal como defende o sociólogo Norbert Elias ao apresentar o conceito de civilização:

Ele resume tudo o que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais.²⁵

Assim, o conceito de civilização assume um caráter de universalidade de um mundo ocidental e cosmopolita marcado pelo progresso de suas técnicas e pela uniformização de suas maneiras e hábitos, incluindo também as manifestações arquitetônicas e traçados urbanos. Associa-se também à própria noção de progresso a “algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente para a frente.”²⁶ Ainda segundo Elias, por seu aspecto internacional, o sentido de civilização visa a superar ou minimizar as diferenças nacionais, na

²² MELO, Mário. Da Paulicéia. *Jornal Pequeno*, Recife, 10 set. 1910, p. 1.

²³ Ibidem. Sobre a “Avenida Central”, a referência é clara acerca da avenida de mesmo nome situada na capital federal, então Rio de Janeiro.

²⁴ MELO, 1910

²⁵ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Vol.1. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 23

²⁶ ibidem, p. 24

busca por uma espécie de equalização ou uniformização das sociedades, sempre direcionadas teleologicamente para o futuro.

No que diz respeito às formas e sociabilidades das cidades ocidentais desde o século XIX, um espaço urbano civilizado, portanto, seria aquele que mais se encontrasse em sintonias com os centros europeus industriais (a exemplo de Paris, Viena, Londres). Então cidades em constante expansão, moldadas e transformadas diante dos interesses do capital, tal como nos lembra o historiador Lewis Mumford:²⁷avenidas largas destinadas ao tráfego de veículos e grande circulação de pessoas, especulação imobiliária e a efemeridade de suas arquiteturas e construções ao sabor dos interesses e valores de mercado, a emergência dos transportes públicos (bondes, ferrovias, transformações nos portos), as lojas de departamento, complexos industriais a superar as corporações de artesanato; tais seriam alguns dos elementos característicos das cidades do século XIX.

Um protótipo de cidade que se estende e se complexifica ainda nas décadas seguintes do século XX, tal como defende o pesquisador arquiteto Guido Zucconi²⁸. Assim, a cidade do ocidente, civilizada e internacional, seria a cidade das revoluções industriais, em constante expansão, envolvida pela bandeira de um progresso técnico, moldadas ao estilo *haussmaniano*²⁹, cidades símbolos de governos republicanos visando a superar as consideradas carcomidas e antigas estruturas de poder.

Portanto, uma cidade que se propusesse civilizada, não deveria apresentar grandes diferenças ou particularidades, não importando se estivéssemos em Londres, Mumbai, Buenos Aires ou Rio de Janeiro. Neste sentido, o Recife, uma dentre as muitas outras capitais republicanas brasileiras, também buscaria se revestir destes discursos de civilização a partir de suas reformas urbanísticas e arquitetônicas nas primeiras décadas do século XX, onde a arquitetura neogótica, junto aos outros estilos ecléticos/historicistas, assumiria este papel estético de uma arquitetura civilizada e cosmopolita.

A ideia de civilização parecia também acompanhar os sentidos de modernidade e de modernização³⁰ nas sociedades ocidentais ao longo dos séculos XIX e XX, pensado aqui

²⁷MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 508-512

²⁸ZUCCONI, Guido. *A cidade do século 19*. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 13-15

²⁹Referência ao projeto urbanístico conduzido pelo prefeito de Paris, Georges-Eugène Haussmann, durante o governo de Napoleão III. O projeto consistia numa reformulação do centro parisiense marcado pela construção de edifícios monumentais, alargamento de avenidas, requalificações de transportes e saneamentos, à custa da demolição de quarteirões inteiros da antiga cidade medieval. Referências deste projeto se fariam sentir em outros planos de áreas centrais em capitais pelo mundo ocidental, a exemplo de Viena e da então capital do Brasil, Rio de Janeiro.

³⁰LE GOFF, 2012

como uma espécie de consciência do novo, do progresso, de rupturas com estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais do passado. Ser moderno, portanto, significava ser ocidental, aos moldes de um liberalismo europeu, de um Estado democrático de direito, republicano e capitalista-industrial, ou seja, configurado num projeto contrário às configurações do que se conhecia anteriormente por *Ancien Regime*. Neste sentido, uma modernização consistia num processo de ocidentalização (ou de civilização) de nações consideradas “atrasadas”.

Acrescentamos ainda as reflexões do filósofo Marshall Berman, que percebe o projeto ocidental de modernidade de forma semelhante às conclusões de Elias acerca do conceito de civilização. Tratava-se, portanto, de uma experiência destinada a anular “todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia”³¹, no entanto, apresenta-se também em suas contradições como “uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia.”³²

Os anseios por um Brasil civilizado e moderno aos moldes de um ocidente europeu acompanhavam as expectativas republicanas num país aparente e recentemente desvencilhado de antigas estruturas políticas, econômicas e sociais, marcadas até então por um regime monárquico, relações de dependência estrangeira e trabalho escravo. No entanto, historiadores a exemplo de Nicolau Sevcenko, revelam os conflitos destes projetos civilizatórios ou de modernidade experimentados no início do século XX, naquilo que o autor chamou de uma “inserção compulsória do Brasil na *belle époque*”³³.

O que se observou tanto nos arranjos político-econômicos quanto nas configurações das capitais brasileiras nas primeiras décadas republicanas fora uma ânsia por um progresso que deveria “alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia. (...) A imagem do progresso – versão prática do conceito homólogo de civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia.”³⁴ Portanto, buscando uma sintonia com as capitais e os capitais estrangeiros e europeus; antigos hábitos, traçados urbanos e sociabilidades de tempos da colônia e monarquia deveriam ser removidos e transformados no espaço das cidades. Os jornais, segundo Sevcenko, assumiriam um papel de verdadeira “cruzada” por uma civilização esperada nas cidades brasileiras, estimulando uma cultura

³¹ BERMAN, 2007, p. 14

³² *ibidem*

³³ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

³⁴ *Ibidem*, p. 29

cosmopolita europeia a superar os antigos costumes, incluindo-se também nas expressões e estilos arquitetônicos e urbanísticos.

No entanto, esses projetos civilizatórios e modernizantes encontrariam também seus limites e contradições, num país em que apesar de recém republicano e não mais oficialmente moldado num regime de trabalho escravista, ainda resistia em velhos arranjos políticos e econômicos, admitindo oficialmente apenas ideais de novidade e de civilização num plano por uma modernização cultural³⁵ e em alguns aspectos sociais, mas não nos planos políticos e econômicos em prol de uma transformação radical das estruturas. As reflexões da historiadora Mônica Velloso sintetizam essas contradições do projeto de modernidade ocidental pensado para o Brasil no início do século XX:

A modernidade foi marcada, portanto, por esse cenário profundamente excludente (...) a civilização não implicava a democratização social, mas, antes, no reforço dos ideais aristocratizantes. (...) Os ideais civilizatórios passaram a ser claramente endereçados às elites. Essas identificadas com a cultura europeia tentavam negar as origens mestiças da nacionalidade.³⁶

A modernização e o “ser moderno”, portanto, pareciam configurar-se, por exemplo, muito mais nos planos estéticos e urbanísticos das cidades, desenhados para algumas áreas privilegiadas das capitais, do que necessariamente numa inserção político-econômica do Brasil num completo projeto de modernidade ocidental. Neste cenário, as cidades emergiam não apenas como resultados desta modernidade desejada, mas também como catalisadoras de novos anseios e contradições³⁷. O historiador e arquiteto Adrián Gorelik defende que as capitais americanas, em suas reformulações no início do século XX, idealizavam alcançar uma esperada civilização para sociedades recém emancipadas politicamente; no entanto, estas mesmas cidades se apresentariam mais como pretensos cenários de uma modernidade sonhada, do que agentes transformadores por um projeto concluso de mudanças estruturais.

Tais anseios, transformações e contradições se faziam presentes também nas experiências da cidade do Recife no início do século XX. Era um momento em que a produção açucareira entrava em declínio no mercado internacional, e os arranjos políticos locais permaneciam sob o controle das elites da cana-de-açúcar, sem muito espaço para

³⁵ O historiador Jacques Le Goff (2012) também apresenta formas específicas de modernização, distinguindo entre uma modernização econômica e técnica e uma modernização social e cultural.

³⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. (org.) *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 362

³⁷ GORELIK, 1999. p. 61-63

mudanças estruturais.³⁸ Porém, os anseios da modernidade e civilização se fizeram sentir a partir das expectativas em torno das reformas urbanas empreendidas entre os anos de 1910 a 1913 na região portuária do bairro do Recife. Os projetos consistiam na abertura de avenidas, requalificações do porto e demolição das vielas e quarteirões coloniais existentes na área a fim de facilitar as dinamizações portuárias e atrair investimentos de capital estrangeiro, a partir da implantação de bancos, casas comerciais e empresas de transporte, saneamento e comunicação³⁹.

Os ares cosmopolitas europeus aportavam na cidade com a chegada destes empreendimentos e seus respectivos profissionais, a maioria de origem francesa, inglesa e alemã, possibilitando também uma renovação estética nos traçados urbanos e estilos construtivos das novas edificações, donde a arquitetura eclético/revivalista assumia preferências, incluindo-se também a arquitetura neogótica. No entanto, o quadro político e econômico seguia com suas hierarquias e permanências, revelando as limitações destes projetos de modernidade, cujas obras como a do bairro do Recife beneficiariam, sobretudo o capital internacional investido⁴⁰.

Estas transformações urbanísticas e arquitetônicas pareciam empolgar alguns intelectuais recifenses, que percebiam não apenas um processo de renovações formais e estéticas, mas também de mudanças nos aspectos de salubridade e higiene na cidade. O artigo do jornalista Arthur Orlando, intitulado *Recife Novo* e publicado no *Jornal Pequeno* em março de 1912, constrói uma relação entre uma estética moderno-ocidental interpretada na arquitetura eclético/revivalista com noções de saneamento e racionalização urbana:

Não pense, porém que à órbita higio-técnica escapam a forma e beleza dos edifícios, pois, é fora de toda dúvida a grande influência, que sobre a economia, saúde e estética de uma população exerce a arquitetura de sua cidade (...) Um bom plano de arquitetura, além de garantias higiênicas, deve oferecer aspecto de rejuvenescência e prazenteria, aspecto pitoresco, e isto não somente nas casas de habitação, mas ainda nas igrejas, nos teatros, nas gares, nos quartéis, e principalmente nas escolas (...) as novas condições da vida política e social exigem novas formas de arquitetura, tanto na fachada, como na disposição interior dos edifícios, formas que traduzem um novo estado de espírito, vistas mais altas e largas, em busca de mais espaço e luz.⁴¹

Moderna, portanto, seria não apenas uma arquitetura alinhada aos estilos ocidentais-europeus, mas também uma expressão estética civilizada, prezando pela higiene e por uma

³⁸ LEVINE, Robert. Pernambuco e a Federação Brasileira. In: FAUSTO, Boris et al. *História Geral da Civilização Brasileira* (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 130-171.

³⁹ LUBAMBO, Cátia W. *Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero, a reforma urbana do início do século XX*. Recife: CEPE, 1991. p. 130

⁴⁰ *ibidem*

⁴¹ ORLANDO, Arthur. Recife Novo. *Jornal Pequeno*. Recife, 11 mar. 1912, p.1.

racionalidade construtiva. No Recife, o Estado assumiria um papel neste processo de renovação estético-funcional, a exemplo de subsídios criados durante o governo de Dantas Barreto (1911-1915) para estimular proprietários a reformarem prédios de aparência colonial, então considerados “inestéticos e anti-higiênicos.”⁴² Sobre a situação do momento, o governo lamenta a “falta de prédios modernos e confortáveis na cidade do Recife”, exigindo que “os prédios que forem construídos ou radicalmente reconstruídos de acordo com as regras da **arquitetura moderna**”.⁴³

Em matéria do *Jornal do Recife*, de julho de 1919, o Partido Republicano Democrata de Pernambuco, oposição das tradicionais elites do açúcar local e então apoiador do político Dantas Barreto, relembra e enaltece seu governo como um período de experiências de modernidade e civilização na cidade do Recife, destacando também a importância das arquiteturas historicistas, donde podemos depreender a presença do neogótico junto aos outros estilos:

E o povo pernambucano começou desde logo a sentir que se iniciara uma era nova de liberdade, de ordem e de progresso (...) Sentia-se a reforma em todas as esferas da atividade social: desabava a velha capital e ressurgia pouco a pouco das ruínas o Recife helênico pela graça de suas avenidas em construção, pela beleza de seus prédios, moldados na arquitetura moderna (...) eletrizava-se a luz, e em tudo e em toda parte o progresso – na indústria, na agricultura, no comércio (...) e no coração do povo pernambucano a confiança e a fé no futuro pela proteção a todos os direitos e pelo mais amplo exercício de todas as liberdades.⁴⁴

Anúncios jornalísticos de escritórios de arquitetura na cidade do Recife na década de 1910 apresentam a oferta de projetos arquitetônicos ecléticos e revivalistas considerados modernos, a exemplo de propaganda d'A Mutua Predial do Recife, a oferecer “construções modernas” no “que há de mais moderno em arquitetura⁴⁵” em serviços “com maior perfeição e gosto artístico”, contando com a presença de profissionais italianos e alemães. Neste sentido, as arquiteturas historicistas não apenas assumem sentidos de modernas como também de exemplares eminentemente artísticos.

A respeito da arquitetura neogótica, esta se faria mais presente nas edificações religiosas da cidade, com o exemplo emblemático da remodelação a partir de 1911 da Sé de Olinda e Recife, projetada pelo engenheiro-arquiteto Rodolpho Lima. Neste caso, as antigas feições barrocas e rococós da planta e fachada da catedral seriam substituídas por estilizações

⁴² GOVERNO do Estado. *A Província*. Recife, 07 nov. 1913, p. 4

⁴³ *Ibidem*. grifo nosso

⁴⁴ *Jornal do Recife*, Recife, 13 jul. 1919, p. 2

⁴⁵ *Diário de Pernambuco*, Recife, 02 fev. 1914, p. 5

de um neogótico aos moldes europeus. Ao longo do processo de realização das obras, que se estenderam até o ano de 1919, os periódicos *Jornal Pequeno* e *Jornal do Recife*, noticiavam o andamento dos trabalhos e rotineiramente enalteciam o projeto e a empreitada aprovada pelo arcebispo de Olinda e Recife D. Luiz de Britto.

Ainda no ano de 1911, o *Jornal Pequeno* apresentava o desenho do projeto para a catedral, atestando o trabalho como “**uma verdadeira obra de arte** esta que se vai empreender em breve tempo (...) a remodelação interna e externa da catedral obedecerá às disposições do **estilo gótico**, tanto quanto ao arquiteto for permitido observar”⁴⁶. No ano seguinte, uma equipe do *Jornal do Recife* visitou as obras da Catedral, destacando o uso nas obras de materiais considerados modernos como o ferro e o concreto armado, além de declarar, a respeito da planta do projeto, que: “Não é fora de propósito dizer que a planta do templo é belíssima e que depois de reconstruído o mesmo será um edifício que honrará Olinda e a religião”⁴⁷.

Uma matéria publicada no *Jornal Pequeno* em janeiro de 1914 sobre as mobilizações de recursos para a finalização das obras da catedral apresentou uma interessante justificativa de seus entusiastas da necessidade de uma remodelação da antiga Sé, optando-se, naquele momento, pelas referências das arquiteturas do passado medieval europeu:

Nós não temos uma catedral e precisamos ter. (...) as catedrais tem a significação artística. A suprema arquitetura está nas igrejas. São as mais belas páginas de arte que se conhecem (...) Nós precisávamos dessa página de estética na paisagem pernambucana (...) um monumento de fé e de arte.⁴⁸

Palavras que comungam explicitamente com os ideais de civilização e modernidade, prezando-se aqui por um sentido e configuração de catedral cosmopolita, internacional, ancorado num passado institucional da Igreja Católica ocidental e europeu. É como se a imagem de qualquer catedral deveria estar associada diretamente a estética historicista do gótico (ou de expressões correlatas do medievo). Assim, para estes partidários historicistas, a arquidiocese de Recife e Olinda não possuía ainda uma Catedral, posto que os velhos estilos da colônia não fizessem jus ao título.

Interpretação semelhante também aparece em matéria de capa do *Jornal do Recife* no ano de 1919, anunciando as finalizações das obras da Catedral. Em palavras de admiração aos trabalhos do arcebispo D. Luiz de Britto, o texto o parabeniza por “remodelar aquele templo,

⁴⁶ A Cathedral de Olinda, *Jornal Pequeno*, Recife, Suplemento Especial, 1911, p.3 (grifo nosso).

⁴⁷ Cathedral de Olinda, *Jornal do Recife*, Recife, 19 nov. 1912, p. 2

⁴⁸ MAIA, Gonçalves. A Nota. *Jornal Pequeno*, Recife, 19 jan. 1914, p.1

dando-lhe **o verdadeiro aspecto de Cathedral.**⁴⁹” Ao realizar uma descrição detalhada da planta, fachada e elementos compositivos da nova estrutura, o autor finaliza o artigo declarando: “Estas linhas gerais da fachada são de feitura moderna e obedecem à forma arquitetônica moderna⁵⁰.” Ser neogótico, portanto, era também ser moderno naquele momento.

Além de uma presença constante nos projetos de arquitetura religiosa, o neogótico e suas estilizações também sofreram experimentações em construções de caráter civil, revelando uma popularidade desta expressão artística, aqui também atravessada por sentidos semelhantes de uma arquitetura considerada moderna e civilizada. Um exemplo emblemático é o da construção da Escola Manoel Borba, inaugurada em dezembro de 1919 no Bairro da Boa Vista. Apresentando uma fachada com estilizações de um gótico medieval português (o conhecido neomanuelino), o prédio seria chamado de “arquitetura moderna”⁵¹ em reportagem publicada no jornal A Província.

Além do projeto de *goticização* da Sé de Olinda, o então construtor responsável Rodolpho Lima possuía também uma reputação de renome na região, tendo trabalhado como engenheiro em obras ferroviárias no Estado, atuado como professor no Liceu de Artes e Ofícios e no Ginásio Pernambucano, e projetado também outros trabalhos neogóticos, a exemplo da Capela dedicada à Imaculada Conceição no Morro da Conceição e a remodelação da Igreja setecentista do Paraíso no bairro central de Santo Antônio, ambas na cidade do Recife. Diante de uma extensa experiência, o profissional chegaria a ser considerado “o mais popular e conhecido arquiteto em Pernambuco”⁵²

A partir deste panorama, percebemos que não apenas as remodelações neogóticas da catedral de Olinda, como outros projetos semelhantes viabilizados ao longo da década de 1910 no Recife, despertavam não apenas um apoio dos intelectuais, mas também da sociedade civil. Além disso, observamos também uma circularidade entre representações e práticas em torno das interpretações e produções/usos da arquitetura neogótica, já que muitos dos discursos enaltecidos impressos nos periódicos estimulavam também o desenho de outros projetos neogóticos, tanto nas áreas mais suburbanas da capital, como nas cidades do interior. Diante deste cenário, podemos interpretar que, na década de 1910, havia um relativo consenso tanto em relação aos usos das arquiteturas revivalistas/ecléticas quanto aos significados

⁴⁹ A Cathedral de Olinda. *Jornal do Recife*, Recife, 24 ago. 1919, p.1 (grifo nosso).

⁵⁰ *ibidem*

⁵¹ Escola Manoel Borba. *A Província*. 17 dez. 1919, p. 3

⁵² RODOLPHO Lima. *Almanach de Pernambuco*. Recife, 1911, Ed. 14, p. 177-178

associados às ideias cosmopolitas de civilização e modernidade ocidental, a irradiar das expectativas em torno das propostas de remodelações urbanísticas empreendidos nas áreas centrais das capitais brasileiras.

Na década de 1920, os projetos e edificações historicistas (incluindo os neogóticos), seguidos de suas interpretações enquanto estilos modernos e civilizados, continuariam a povoar as paisagens recifenses, contando com um extenso apoio popular e dos consecutivos governos estaduais.

Num discurso proferido na Câmara Estadual em dezembro de 1925, o Cônego Henrique Xavier, congratula a gestão do governador Sérgio Loreto (1922-1926), então marcada por diversas obras públicas e requalificações urbanas que acompanhavam as mesmas estéticas e soluções europeizantes da década anterior:

Por toda parte, Sr. Presidente, surgem hoje modernas e formosas iniciativas de arte e belezas estéticas, uma inspiração de estilo empolgante e sugestivo que honra a arquitetura e satisfaz as exigências da plástica sublime, movimenta empreendimentos de vulto e realce que impressionam e encantam as vistas dos mais exigentes cultores do progresso e admiradores do embelezamento urbano⁵³

Assim, as pretensões da modernidade a um cosmopolitismo civilizatório permanecem nas posturas da gestão Loreto, com abertura de avenidas, planos de saneamento alinhados a noções de higiene e racionalização urbana, supressão de feições coloniais da cidade, aterros e eliminações dos mucambos.⁵⁴ Em relação aos projetos revivalistas/ecléticos encontramos anúncios de construtores inclinados a essas estéticas até finais da década.⁵⁵ Quanto às produções neogóticas, o destaque continuaria para as construções religiosas católicas, a exemplo de projetos apresentados para a remodelação da Matriz do bairro das Graças⁵⁶ e da Igreja da Soledade, na área central do Recife.

No entanto, estas e outras propostas já encontrariam na época vozes dissonantes contrárias tanto às reformas de igrejas com feições dos tempos coloniais, assim como também à construção de edificações aos sabores historicistas europeus. Tratava-se de intelectuais simpatizantes ou partidários de causas regionalistas, firmadas então em noções de tradição e ancoradas noutras perspectivas de modernidade e nacionalismos. Seriam momentos de

⁵³ XAVIER, Henrique. Subsídios para a História. *Jornal do Recife*, Recife, 09 dez. 1925, p.3

⁵⁴ REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife: Histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002. p. 95

⁵⁵ Um exemplo é um anúncio no *Jornal Pequeno* datado de agosto de 1927, sobre o escritório do arquiteto Heitor Maia Filho que disponibilizava trabalhos de “arquitetura monumental e religiosa” e tipos ecléticos residenciais como “palacetes, villas e bungalows”.

⁵⁶ Notícia Religiosa. *Jornal do Recife*. Recife, 06 jun. 1923

emergência das contradições da modernidade na cidade do Recife, ou daquilo que o historiador Antônio Paulo Rezende chamou de “(des)encantos modernos”⁵⁷ da década de 1920.

Regionalistas versus cosmopolitas: arquitetura neogótica e as contradições da modernidade

Após as sensações de euforia e de novidades experimentadas pela população com os processos de modernização nas sociabilidades e fisionomias da cidade do Recife na década de 1910, as frustrações e contradições diante das expectativas por uma plena realização de um projeto de modernidade ocidental começam a ser sentidas já na década de 1920. As sonhadas mudanças estruturais nos arranjos políticos, sociais e econômicos, que garantiriam uma plena realização de um projeto republicano, liberal e democrático, não se concretizariam, com os permanentes quadros de poder sob o monopólio político e econômico dos oligarcas do açúcar, então configurados por relações de mandonismos, privilégios e clientelismos⁵⁸.

Em relação aos desenhos e formas da cidade, as acelerações e especulações dos projetos construtivos e urbanísticos alteravam drasticamente muitas das paisagens centrais do Recife. Seria um momento em que o recifense poderia experimentar duas cidades sobrepostas atravessadas por ritmos e sociabilidades distintos: uma cosmopolita e a outra quase colonial. As contradições da modernidade se faziam sentir aqui nas ideias e penas dos intelectuais, divididos em seus artigos jornalísticos entre os desejos por uma cidade cosmopolita ou a preservação de uma cidade idealizada em seu passado. Assim, sobem ao palco das tensões os sentidos e práticas de tradição e de modernidade:

O apego às tradições traduzia, muitas vezes, o desejo de fortalecer as representações de uma memória histórica idealizada, onde o passado seria sempre melhor que o futuro. O mesmo pode ser pensado com relação aos que se envolviam e exaltavam a chegada do moderno, que mostravam as vantagens da modernização, os riscos de se atrelar ao passado e o atraso que implicava em manter-se vinculado às tradições⁵⁹

Contrários às aceleradas e destrutivas modernizações cosmopolitas da cidade, um grupo de intelectuais se posicionaria cada vez mais em defesa por uma idealizada cidade considerada tradicional, povoada por paisagens coloniais a serem preservadas em seus

⁵⁷ REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: Fundarpe, 1997.

⁵⁸ SOUZA BARROS, 1985

⁵⁹ REZENDE, 1997, p. 188

conjuntos edificados. Era a formação de uma espécie de sentimento nacionalista ancorado nas referências culturais locais, naquilo que alguns autores definiriam como o embrião de um chamado movimento regionalista⁶⁰ em Pernambuco.

Assim, em oposição aos ideais ocidentais cosmopolitas, as posturas destes intelectuais regionalistas se aproximariam de outro conceito apresentado por Norbert Elias que se contrapõe ao ideal de civilização; a noção de *kultur*:

Enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, o conceito de *kultur* reflete a consciência de si mesma, de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como no espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: Qual é, realmente, nossa identidade?⁶¹

O que importava aos regionalistas, portanto, era a busca de uma identidade própria, desvinculada das referências estrangeiras, sendo uma identidade sustentada por um sentido de tradição firmado, sobretudo num passado colonial. Tais valorizações por um passado local poderiam oscilar tanto entre sentimentos meramente saudosistas ou em posturas mais ativas de renovação cultural, a buscar uma espécie de outra modernidade a partir da tradição.

Tal ideal de renovação a partir da tradição seria um lema de muitos intelectuais filiados ao regionalismo, a exemplo do sociólogo Gilberto Freyre e o jornalista Aníbal Fernandes. Assim, para além de uma preocupação na preservação das paisagens coloniais do “velho” Recife, estes pensadores se mobilizariam também em prol da criação de um movimento artístico-arquitetônico próprio, regional e anti-cosmopolita. Neste sentido, as arquiteturas revivalistas e ecléticas eram percebidas como verdadeiras vilãs, como expressões anti-nacionais.

Compactuando com outro sentido de modernidade firmado no conceito de *kultur*, os escritos do jornalista Aníbal Fernandes, publicados no Diário de Pernambuco no início da década de 1920, evidenciam os propósitos embrionários do que viria a se constituir posteriormente como um movimento regionalista. Em defesa da preservação de um Recife colonial, Fernandes apresenta as experiências preservacionistas empreendidas pelas nações europeias, atestando assim que “aos povos de civilização e de cultura, as coisas do passado não são desprezíveis⁶²”.

⁶⁰ AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984. p. 95

⁶¹ ELIAS, 2011, p. 25

⁶² FERNANDES, Aníbal. De uns e de outros ..., *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 jul. 1920, p.3

Continuando em outro artigo, Fernandes não apenas estaria preocupado com a preservação das arquiteturas do passado, mas também com a emergência de um novo estilo, no sentido de “fazer de nós, e cada vez mais brasileiros, fazer-nos a nós mesmos conforme os nossos interesses, as nossas tendências, a nossa história e a nossa tradição.” E mais adiante, defende: “precisamos formar a nossa arte, ter a nossa arquitetura regional que todos os povos de individualidade definida possuem, como traço característico.”⁶³ Na esteira destas reflexões, portanto, o projeto de uma nação moderna e civilizada deveria ser levado em consideração, porém, sob as referências de uma de um passado tomado como tradicional e autêntico.

Mas nem sempre os discursos regionalistas seriam interpretados como criativos e renovadores. Intelectuais mais inclinados a um cosmopolitismo acusavam por vezes os regionalistas de estimularem ideias separatistas, além de estarem tomados por um excessivo saudosismo que não permitiria à cidade se transformar e se inserir no desejado pódio das capitais ditas civilizadas.

É o que nos revela, por exemplo, um artigo assinado por Novaes de Campos publicado no jornal *A Província* em maio de 1925. Ao acusar o regionalismo de anti-estético e anti-evolucionista, o autor declara que este embrião de movimento não permitiria à cidade seguir com a “rotina da História⁶⁴”, ou seja, com uma pretensa marcha pelo progresso e civilização. Portanto, segundo Campos, ao “regionalismo (...) com este devemos acabar forçosamente. Ele se reveste dos mucambos cobertos de telhas e vastas biqueiras, de teto amparado por madeira putréfica”. Aqui o intelectual mantém os sentidos corriqueiros até então, de relacionar as arquiteturas e cidades coloniais a aspectos de insalubridade e de anti-higiene. Por fim, o autor também associa as estéticas coloniais às estruturas sócio-políticas de um passado monárquico, de dependência lusitana, antidemocrático e, sobretudo escravista: “Manter a tradição é exigir a escravidão (...) o Brasil de hoje precisa de ter enflirtado nas suas veias o germer da luta pela igualdade humana de todas as raças⁶⁵.”

As ambigüidades e oscilações entre as expectativas por algumas modernidades e preservações de tradições para as arquiteturas e fisionomia das cidades aparecem também nos discursos dos partidários regionalistas. Num artigo publicado em 1921, Aníbal Fernandes parece estar de acordo com os chamados “melhoramentos urbanos”, sobretudo no que diz respeito a solucionar questões de salubridade e de estética, além dos incentivos a um crescimento do comércio local:

⁶³ FERNANDES, Aníbal. De uns e de outros..., *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 ago. 1920, p.3

⁶⁴ CAMPOS, Novaes de. Na mesma tecla. *A Província*, Recife, 05 mai. 1925

⁶⁵ ibidem

Nestes últimos quinze anos vale à pena acompanhar a modificação da fisionomia de algumas de nossas ruas. A Rua da Imperatriz, por exemplo, que não passava de uma artéria de segunda ordem é hoje quase toda ocupada por um alentado comércio que dia a dia cresce e progride. Grande número de prédios foram reformados e se não ostentam uma arquitetura em que o bom gosto seja uma nota predominante perderam ao menos aquele aspecto que tanto concorria para afeiar a perspectiva⁶⁶.

Apesar das transformações interpretadas como positivas para a cidade, Fernandes denuncia a permanência de antigos sobrados insalubres a povoarem ruas de destaque na área central do Recife, onde o poder municipal deveria intervir na solução do problema:

A Rua Nova, que é uma das principais artérias da cidade, está cheia de sobradinhos, de casinhas estreitas e sujas que a mais rudimentar higiene de há muito teria interdito (...) **Num momento em que a cidade se remodela é preciso acabar com isso** (...) Mesmo porque isso não é somente feio, anti-estético, anti-higiênico: é vergonhoso para nós. **Uma capital moderna, ativa, progressista** não deve permitir essas cousas. (...) para fazer frente a esses obstáculos às vezes o poder público tem de ser um pouco mais severo. Mas sempre desejaríamos saber o que seria hoje o Rio de Janeiro se não fosse a energia indomável do prefeito Passos.⁶⁷

A partir das palavras do jornalista, percebemos que não havia por parte de simpatizantes ao regionalismo uma total resistência aos projetos urbanísticos desenhados para a cidade, considerados aqui também como necessários. Os sentidos de progresso e de civilização, sonhados para a capital, por exemplo, permaneciam nos discursos, atestando também a adesão a um projeto de modernidade. No entanto, a diferença da modernidade dos regionalistas para os cosmopolitas, era a de que nem todas as arquiteturas e paisagens coloniais da cidade deveriam sucumbir aos anseios de modernização, visto que para esses intelectuais, ser moderno era também reconhecer e preservar uma tradição local/regional/nacional tal como também empreendiam as nações europeias ditas civilizadas.

O problema, portanto, não estaria nas transformações urbanísticas planejadas para a cidade, mas na forma como seriam conduzidas essas ações. Em um texto publicado no Diário de Pernambuco em 1919, Fernandes demonstrou simpatia às transformações na cidade, mas lamentou que isso fosse feito à custa de demolições de conjuntos antigos (a exemplo do que ocorrera com a Igreja do Corpo Santo no bairro do Recife, e das ameaças aos Arcos de Santo Antônio e da Conceição). Sobre os cosmopolitas, o jornalista os chamaria de idealistas, interpretando-os como sujeitos descolados das necessidades reais e cotidianas da cidade, além de os pintarem como pouco abertos a diálogos com a sociedade: “o idealista é também por isso mesmo intolerante (...) E porque é então que só uma classe entende representar a

⁶⁶ FERNANDES, Aníbal. De uns e de outros..., *Diário de Pernambuco*, Recife, 05 mar. 1921, p. 3

⁶⁷ *Ibidem*. grifo nosso

humanidade sofredora e humilde, arrogando-se direitos ditatoriais, para impor a uma tirania outra tirania talvez muito pior?⁶⁸”

Outro artigo, sem autoria identificada, publicado em abril de 1921 também no Diário de Pernambuco, reforça e cimenta as críticas dirigidas aos cosmopolitas e suas conduções nas reformulações urbanas e arquitetônicas para o Recife. Em uma linha de reflexão semelhante à tecida por Aníbal Fernandes, o autor anônimo nomeia e denuncia aqui o indivíduo cosmopolita como um sujeito “viajado” e contrário a quaisquer referências do passado na paisagem recifense:

É ele, entretanto, quem mais fortemente contribui para o desvirtuamento das nossas tendências naturais, classificando-as de atrasadas, inestéticas, selvagens - esquecido, de que é ele quem percorre o estrangeiro, carregado de diamantes e pedras multicores, na ingênua suposição de impressionar a gente que o não conhece, mas ganhando, em verdade, lá fora, para o brasileiro – os epítetos de *rastaquêra*, macaquito e outras gentilezas, infelizmente merecidas de mais pelos que as provocam (...) Tamaña é a fascinação do **viajado** que ele corre vexado aos alfarrábios, folheia as gravuras de rótulo francês e acaba, um belo dia, a decidir-se por qualquer horroroso espécime de *art-nouveau* ou gótico de fancaria.⁶⁹

O cosmopolita aqui é acusado não apenas de desconsiderar as referências de uma pretensa identidade regional/nacional, mas também de se submeter às estéticas estrangeiras europeias, imitando-as cegamente, sem considerar as necessidades e anseios locais.

No que diz respeito às produções e usos/interpretações arquitetônicos, estas tensões entre os “cosmopolitas” e “regionalistas” se tornariam mais agudas ao longo da década de 1920 no Recife, em disputas declaradas nos jornais e nos projetos construtivos. Tratava-se de dois grupos distintos de intelectuais/arquitetos que defendiam interesses divergentes, divididos naquilo que o arquiteto e pesquisador Geraldo Gomes nomearia entre uma espécie de “nacionalismo conservador” (para os regionalistas partidários da arquitetura colonial) ou um “modernismo revolucionário” (entre os cosmopolitas dos ecletismos e revivalismos)⁷⁰. No meio dessas disputas, a arquitetura neogótica poderia representar os extremos, como uma das mais cosmopolitas e artísticas das arquiteturas ou a mais anti-regional e não arquitetônica das expressões.

Os ataques à cidade nova e cosmopolita (dos ecletismos e revivalismos) prosseguiram nos artigos jornalísticos dos intelectuais inclinados ao regionalismo. Em tons quase que de manifesto, estes escritos não apenas teciam críticas às estéticas estrangeiras, mas traziam

⁶⁸ FERNANDES, Aníbal. De uns e de outros..., *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 nov. 1919, p. 3

⁶⁹ O pintor Chambelland e a sua obra em Pernambuco. Artes e Artistas. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 abr. 1921, p.1. grifo nosso

⁷⁰ SILVA, 1987, p. 193

como solução e contraposição as referências e paisagens arquitetônicas de uma cidade colonial, tomada como tradicional, e, portanto, mais autêntica.

Lancem-se os olhos para a cidade nova que surge e veja-se o amontoado de edificações absolutamente lamentáveis, sob todos os aspectos, o domínio da macarronada, do ilogismo, da falta de mais insignificante senso estético que a curta imaginação do mestre de obra vai semeando pelas avenidas, pelas ruas, por toda a parte (...) verdadeiros profanadores da obra simples, sincera e ingênua do arquiteto português que fez os nossos belos templos e as nossas casas antigas.⁷¹

O arquiteto Armando de Oliveira, amigo de Fernandes e também filiado ao grupo dos regionalistas, reforça e legitima os discursos do jornalista ao defender a arquitetura colonial como a mais verdadeira e apropriada das expressões para as necessidades locais, em oposição aos estrangeirismos ecléticos e revivalistas:

Levamos o tempo a fazer casas com feitiço europeu para exigências europeias, a maior parte das vezes opostas às nossas. E note-se que as ditas casas apesar de procurarem imitar as europeias não são senão falsificações sem valor. Milhões de vezes prefiro o nosso velho Recife com as suas velhas casas ingênuas, melhoradas é claro, saneadas, com suas ruas calçadas, do que aquela nova miscelânea onde não se sente bem o brasileiro, nem o francês, nem o português, nem coisíssima nenhuma.⁷²

Mais uma vez aqui o que estava em jogo não eram as propostas modernizantes de embelezamento, racionalização e combate às insalubridades da cidade, mas as escolhas estéticas e soluções arquitetônicas destes projetos, que para os regionalistas deveriam estar em sintonia com o que se considerava mais nacional/regional, e, portanto mais adaptável aos cotidianos e necessidades da população.

O mais conhecido dos regionalistas, o sociólogo Gilberto Freyre, também não pouparia esforços em defender as paisagens coloniais do Recife em detrimento dos cosmopolitismos arquitetônicos. Em artigo sobre a fisionomia das cidades no Nordeste na década de 1920, Freyre considerou como moradia ideal as formas e funcionalidades das casas de engenho, interpretadas como “o que melhor corresponde ao nosso clima e aos nossos hábitos de vida”⁷³. Sobre as casas modernas, acusa a proliferação dos “frontões a molde” terem substituído as telhas em beiral e as biqueiras, então elementos característicos das fachadas coloniais.

⁷¹ FERNANDES, Aníbal. De uns e de outros..., *Diário de Pernambuco*, Recife, 04 jun. 1920, p.3

⁷² OLIVEIRA, Armando de. A Nossa Verdadeira Architectura. Estudos e Opiniões. *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 ago. 1920, p. 1

⁷³ FREYRE, Gilberto. A Fisionomia das novas cidades. *Diário de Pernambuco*, Recife, 19 mar. 1925, p. 3

Ao longo do artigo, Freyre buscaria reabilitar o valor das referências coloniais, indicando-as como as mais adequadas e adaptáveis à cidade em transformação. Recorda o autor que em sua infância, crescera vendo o termo “colonial” ser associado a algo vergonhoso e atrasado, graças às matérias jornalísticas no início do século XX que reproduziam discursos eufóricos e de novidades acerca das reformas urbanas europeizantes, a exemplo das obras do porto empreendidas no início da década de 1910. Lamenta que discursos como esses sacrificaram os antigos Arcos das pontes, a Igreja do Corpo Santo e a própria fisionomia de “lingüeta” do antigo bairro do Recife, que sofrera diversos aterros ao longo da primeira metade do século.

Entre as defesas pelo colonial e críticas às transformações cosmopolitas, o sociólogo acusaria como negligente a postura do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGPE) de não tentar “o menor esforço de reação contra o haussmannismo e a estética dos engenheiros”⁷⁴. Como propostas de ações preservacionistas, declararia uma preocupação por parte do recém criado Centro Regionalista do Nordeste e de seus membros, em encaminhar esforços pela defesa das referências coloniais e na censura às soluções estrangeiras.

Noutro artigo também publicado no Diário de Pernambuco, Freyre sintetiza suas impressões a respeito das mudanças na fisionomia da cidade do Recife provocadas pelas reformas urbanas.

Entre nós o furor da reforma, a terrível mania do reformismo para modernizar, para europeizar, hoje, sobretudo, para americanizar, nem as igrejas respeitam: e reduziu a catedral de Olinda àquela caricatura do gótico que tanto dói nos olhos; deformou todo o ingênuo encanto da matriz de Casa Forte, outrora tão doce na sua brancura de cal de capela de engenho, hoje com um ar pouco simpático de cinema de subúrbio(...)⁷⁵

Entre os exemplos de reformas apresentados, os considerados mais problemáticos seriam aqueles que submetiam antigas igrejas coloniais às transformações cosmopolitas, donde as *goticizações* eram apontadas como as mais incoerentes das escolhas. Em muitos dos discursos regionalistas em defesa da preservação das arquiteturas coloniais do passado, percebemos a maioria dos intelectuais lamentarem a demolição da Igreja do Corpo Santo para a abertura de avenidas no bairro do Recife. Porém, o caso das reformas empreendidas na

⁷⁴ Ibidem

⁷⁵ FREYRE, Gilberto. O Recife e as árvores. *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 nov. 1924, p. 4

catedral da Arquidiocese de Recife e Olinda, entre 1911 a 1920, parecia ainda mais criminoso nas interpretações destes autores.

Em defesa das antigas feições coloniais da Sé de Olinda, Aníbal Fernandes não poupou esforços em criticar as obras neogóticas aprovadas pelo então arcebispo da época D. Luiz de Britto:

A obra do bispo D.Luiz com a nossa catedral de Olinda, velho templo, rude acachapado, de uma arquitetura ingênua, mas um monumento vivo do passado extinto, uma obra que se não devia tocar (...) e que a ignorância petulante do mestre de obra derrubou para em seu lugar erguer aquele monstrengo, aquele atentado à estética e ao bom gosto, aquele crime feito de tijolo e de cimento que a incultura, o mau gosto e a pobreza de espírito do prelado olindense concorreu se perpretasse.⁷⁶

No entanto, os discursos preservacionistas insuflados pelos intelectuais regionalistas não pareciam ser compartilhados por toda a população. Poucos dias após a publicação do artigo de Aníbal Fernandes no Diário de Pernambuco, um leitor do Jornal do Recife, assinado como Barbosa Lima, se posicionaria contrário aos escritos publicados no Diário e sairia em defesa das obras neogóticas conduzidas pelo já falecido D. Luiz de Britto.

Numa espécie de texto de resposta contra os ataques proferidos por Fernandes, o autor declara que o jovem jornalista não estaria preparado para discutir o assunto das reformas da catedral e que deveria “ter medo do progresso”⁷⁷. Além disso, defende uma inevitabilidade do progresso nas transformações das expressões arquitetônicas e que as sociedades deveriam acompanhar essas mudanças, sendo as posturas preservacionistas consideradas aqui como anti-progressistas:

É lei do progresso que o evolver das sociedades acarreta como resultante a modificação geral, nada havendo que se furte à influência dessa lei imutável e eterna? (...) o querer perpetuar tudo pelo simples motivo de ser antigo, é atentar contra a razão de ser do progresso humano.⁷⁸

Assim, a década de 1920 seguiu encenando constantes embates entre os partidários das arquiteturas europeizantes, ainda bastante populares no mercado e nos projetos urbanísticos; e os intelectuais regionalistas, defensores da preservação das cidades e arquiteturas de feições coloniais e entusiastas pela emergência de uma nova forma de se construir tomando por base as referências de um passado regional/nacional.

⁷⁶ FERNANDES, Aníbal. De uns e de outros..., *Diário de Pernambuco*, Recife, 08 jan. 1920, p. 3

⁷⁷ BARBOSA LIMA, J. P. Ancianidades. *Jornal do Recife*, Recife, 14 jan. 1920, p. 1

⁷⁸ *ibidem*

Os conflitos entre os cosmopolitas e regionalistas pareciam se agudizar em torno das reformas ou preservações das arquiteturas religiosas. Considerado pelos regionalistas como uma expressão máxima do passado nacional (e também regional) de Pernambuco, o barroco à brasileira seria contraposto à arquitetura neogótica, então a expressão cosmopolita das mais utilizadas em novas construções ou remodelações de templos católicos.

Em um artigo do início dos anos de 1930 publicado originalmente num periódico da capital federal, o *Jornal do Brasil*, e republicado posteriormente no pernambucano *A Província*, o jornalista Ribeiro Couto apresenta um texto a revelar que esses embates arquitetônicos ainda estariam por se estender por quase toda a primeira metade do século XX não apenas em Pernambuco, mas em muitas regiões do país. Em defesa pela preservação de um patrimônio artístico em Pernambuco, o autor inicia o texto criticando a proliferação de templos neogóticos por todo o país, ironizando a confusão que este fenômeno poderia apresentar num futuro de milhares de anos, em que os arqueólogos criariam uma confusão a respeito de uma expressão arquitetônica do medievo não condizente a uma realidade brasileira.

A tantos erros serão levados os sábios por causa do capricho novo rico de possuímos catedrais góticas (...) o gótico é delicioso (...) mas é delicioso sob o céu da Europa (...) não é um capricho, mas a resultante dos movimentos e do espírito de uma época (...) a arquitetura, como a língua, é uma fatalidade histórica, da qual cada povo, pelo gênio criador, deve tirar os elementos de diferenciação artística, de definição da sua personalidade.⁷⁹

O problema, portanto, não estaria na expressão da arquitetura gótica em si, mas nessas produções espacial e temporalmente deslocadas, consideradas pelo autor como não condizentes a um *zeitgeist* (espírito do tempo) ou a uma noção de *kultur* (tradição de um povo). Ainda ao longo do artigo, o jornalista lamenta que a *goticização* das igrejas seria um fenômeno que se estendia há 50 anos, a provocar, em suas palavras, um verdadeiro “assassinato do barroco”. Em defesa da preservação das arquiteturas coloniais, destaca por fim a criação em Pernambuco da Inspeção Estadual de Monumentos e do seu papel de proteção, sobretudo dos acervos religiosos, concluindo que “defender a tradição seria defender não apenas a arte, mas a nação⁸⁰.”

Os pensamentos e discursos preservacionistas e anti cosmopolitas dos regionalistas em Pernambuco não iriam apenas povoar as páginas dos jornais. Das múltiplas representações que se formavam acerca das disputas e usos entre as arquiteturas coloniais e as arquiteturas

⁷⁹ COUTO, Ribeiro, O Patrimônio Artístico de Pernambuco. *A Província*. Recife, 30 mar. 1930, Seção 2, p. 7

⁸⁰ *Ibidem*

historicistas europeias (incluindo-se o neogótico), geraram-se algumas práticas sistematizadas por parte dos intelectuais reunidos principalmente em torno do Centro Regionalista do Nordeste, que funcionara entre os anos de 1924 a 1927⁸¹.

Dispostos a construir uma espécie de identidade regional nordestina, os membros filiados ao Centro não estavam apenas preocupados com uma preservação das referências do passado (seja da arquitetura ou de outras manifestações artístico-culturais), mas se empenhavam também em conciliar tradição e modernidade, propondo uma série de projetos urbanísticos e arquitetônicos, por exemplo, que possibilitassem congregar as necessidades modernas e liberais de racionalidade, higiene, tráfego e de mercado às estéticas e soluções arquitetônicas herdadas do passado colonial.

Além dos já citados Aníbal Fernandes e Gilberto Freyre, que defendiam essas conciliações entre tradição e modernidade, o médico sanitário Amaury de Medeiros, diretor do Departamento de Saúde e Assistência de Pernambuco na gestão do governo de Sérgio Loreto (1922 a 1926), era também um entusiasta da arquitetura colonial pernambucana, defendendo, constantemente em palestras e escritos, a adaptabilidade estética e funcional dessa arquitetura do passado às necessidades e usos contemporâneos.⁸²

Outras práticas que se desdobraram a partir dos discursos dos intelectuais regionalistas em prol de uma arquitetura regional/nacional foram: a criação do Núcleo de Defesa Artística em 1924 e a instituição da Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais de Pernambuco em 1928.

Composto em sua maioria por religiosos e leigos católicos de influência na cidade, mas também sintonizado com os intelectuais regionalistas, o Núcleo de Defesa Artística prezava principalmente por ações de preservação e restauração das estéticas coloniais nas construções eclesiásticas do Recife e Olinda⁸³, buscando evitar demolições ou reformas que alterassem as referências artísticas do passado. O jornal *A Província*, publicou entre os anos de 1924 e 1925, uma série de artigos⁸⁴ assinadas por Costa Monteiro, um dos membros do Núcleo. Nos textos, o autor criticou as produções revivalistas e ecléticas na cidade e defendeu a criação de um estilo regional. Além disso, no que diz respeito à preservação das estéticas coloniais, cobrou uma maior fiscalização da prefeitura nos projetos de reforma ou de restauro, a fim de evitar descaracterizações dos antigos edifícios. Para tanto, Monteiro recomenda a

⁸¹ AZEVEDO, 1984.

⁸² REZENDE, 1997

⁸³ GONZALES, Rômulo José Benito de Freitas. *Arquidiocese de Olinda e Recife e a preservação de monumentos históricos (1910-1930)*. Recife: PGH-UFRPE, 2017. (Dissertação de Mestrado)

⁸⁴ COSTA MONTEIRO, *A Província*, Recife, 14 dez. 1924; 19 dez. 1924; 31 dez. 1924; 07 fev. 1925

criação de uma comissão pública de fiscalização, a ser dirigida por Aníbal Fernandes, enaltecido como um dos intelectuais mais entusiastas pela preservação das paisagens coloniais recifenses.

Para Aníbal Fernandes coube posteriormente a direção da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais de Pernambuco⁸⁵, criada no governo de Estácio Coimbra em 1928, sobrevivendo até 1933, quando então era dirigida pelo jornalista Mário Melo. A proposta da Inspetoria consistia em direcionar esforços do poder público para a preservação dos acervos coloniais no Estado, com destaque para a arquitetura religiosa católica. Os inventários e relatórios estimulados e produzidos pelo diretor da Inspetoria ainda nos primeiros anos da instituição trouxeram contribuições documentais e preservacionistas para as futuras ações do órgão federal SPHAN⁸⁶ (criado em 1937) em Pernambuco⁸⁷.

Por uma defesa quase exclusiva da Inspetoria para com a arquitetura colonial, expressões como a arquitetura neogótica (ainda bastante popular nas novas construções ou reformas de prédios religiosos), seria vilanizada e desconsiderada dos inventários empreendidos. Além de não considerar as arquiteturas historicistas/ecléticas/revivalistas no rol de bens a serem preservados, a instituição de Fernandes seria responsável também por barrar projetos de reformas neogóticas propostos para antigas igrejas coloniais, a exemplo da Igreja da Soledade⁸⁸ e da Igreja das Graças.

Apesar das euforias e expectativas dos regionalistas por um outro projeto de modernidade e de sociedade, contrário àquele cosmopolita, as propostas destes intelectuais também revelavam contradições e limites. Ao criticar os manifestos de Gilberto Freyre, por exemplo, Souza Barros interpreta os discursos regionalistas como dispostos a apenas atingir uma renovação no campo das ideias e das produções artístico-culturais, sem trazer grandes transformações para os quadros sociais e econômicos de Pernambuco⁸⁹. Assim, não importava se os projetos urbanístico-arquitetônicos fossem afrancesados ou tradicionalistas: na cidade do Recife ainda grassavam as populações vivendo precariamente nas áreas insalubres dos mocambos.

Os arranjos político-institucionais também seguiam atravessados por conservadorismos. No governo de Estácio Coimbra (1926-1930), por exemplo, apesar da

⁸⁵ RODRIGUES, Rodrigo Cantarelli. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco*. Rio de Janeiro: UNIRIO/MAST, 2012. (Dissertação de Mestrado)

⁸⁶ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado durante o regime varguista em 1937.

⁸⁷ RODRIGUES, 2012.

⁸⁸ Jornal Pequeno, Recife, 21 jan. 1931 – o projeto neogótico teria sido barrado pelo IAHGPE com anuência do próprio vigário local, que estaria sintonizado com as posturas da Inspetoria Estadual de Monumentos.

⁸⁹ SOUZA BARROS, 1985. p. 73

instituição de vanguarda de um órgão como o da Inspetoria Estadual dos Monumentos, em sintonia com as práticas preservacionistas das nações liberais europeias, as posturas político-institucionais do governo seguem alinhadas aos interesses oligárquicos, ao mandonismo e à repressão da classe trabalhadora.⁹⁰

Assim, nas experiências e embates arquitetônicos e urbanísticos travados entre estes dois diferentes projetos de modernidade sonhados para a cidade do Recife, parecia que ambos redundavam em limites, contradições e inconclusões, donde suas representações e práticas destinavam-se apenas a atender mais demandas estéticas e formalísticas e a beneficiar uma pequena parcela de privilegiados, que poderiam usufruir das benesses e transformações das modernizações na fisionomia e sociabilidades públicas da cidade.

Considerações Finais

Apesar da influência cultural e política dos intelectuais regionalistas, a circularem nas instituições e esferas de poder da cidade na década de 1920, propagando seus discursos anti neogóticos nos artigos publicados em periódicos de grande circulação, a popularidade das construções e reformas neogóticas se estenderia pelo Recife e por todo o Estado até meados do século XX, sobretudo no universo das edificações religiosas católicas.

Por outro lado, o empenho dos regionalistas em instituírem uma espécie de novo estilo arquitetônico baseado nas referências do passado colonial pareceu obter sucesso apenas entre uma classe elitizada, que passou a encomendar residências aos sabores dessas formas ditas tradicionais. No que diz respeito à construção de novas igrejas e às próprias construções residenciais mais populares, as arquiteturas historicistas continuaram sendo a preferência de grande parte da população⁹¹.

Assim, nos parece que o grupo formado pelos regionalistas era formado apenas por um restrito grupo de intelectuais que pouco dialogava com a sociedade recifense e seus problemas sócio-políticos, econômicos e até mesmo culturais. As próprias ações empreendidas por instituições aos moldes regionalistas como a Inspetoria de Monumentos, revelavam-se em sua maioria como autoritárias, já que apenas os intelectuais envolvidos possuíam a autoridade e capacidade técnica para definir o que seria ou não considerado um monumento/patrimônio a ser preservado, sem realizar consultas democráticas junto à população. Já a arquitetura neogótica, junto com as outras expressões ecléticas/revivalistas parecia ser uma linguagem

⁹⁰SOUZA BARROS, 1985

⁹¹SILVA, 1987; CARVALHO, 1992, p. 55

construtiva de sucesso a resistir ainda por muitas décadas, a despeito do desdém impulsionado pelos posicionamentos dos intelectuais regionalistas.

Nossas análises, portanto, possibilitam revelar uma não linearidade evolutiva das ideias e produções arquitetônicas no passado da cidade do Recife durante a Primeira República, já que tanto os projetos cosmopolitas quanto os regionalistas aconteciam simultaneamente, disputando espaços e legitimações em órgãos formadores de opinião pública como os jornais de grande circulação da época. É interessante perceber também as permanências até dias recentes desses embates de projeto de sociedade idealizados para os desenhos e transformações das cidades. Projetos que se traduzem em dois sentidos distintos de modernidade: um cosmopolita, internacionalizado (civilização) e outro regionalista-nacional ancorado em tradições e passados (re) inventados (*kultur*).

Por fim, concluímos que para além de análises mais formais trazidas pela História da Arte ou a História da Arquitetura, pensar a arquitetura dentro do campo da História é vislumbrar os aspectos sociais e culturais que possibilitaram tanto a produção desses objetos edificados como suas apropriações, usos, significações e ressignificações pelas sociedades ao longo do tempo. Nesse sentido, a arquitetura se apresenta como mais um aspecto socialmente compartilhado por uma sociedade, relacionado às maneiras como os indivíduos habitam, trabalham, experimentam ética e esteticamente, enfim, como se relacionam nesses espaços delimitados, edificados coletivamente.

Desse modo, acreditamos ser legítimo empreender estudos históricos para expressões arquitetônicas tão singulares, a exemplo da arquitetura neogótica, uma manifestação importada, mas que sofrera adaptações e reinterpretações entre representações e práticas de um passado construtivo pernambucano e recifense.

Referências Bibliográficas

A CATHEDRAL de Olinda, *Jornal Pequeno*, Recife, Suplemento Especial, 1911, p.3.

A CATHEDRAL de Olinda. *Jornal do Recife*, Recife, 24 ago. 1919, p.1.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

BARBOSA LIMA, J. P. Ancianidades. *Jornal do Recife*, Recife, 14 jan. 1920, p. 1.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

CAMPOS, Novaes de. Na mesma tecla. *A Província*, Recife, 05 mai. 1925.

CARVALHO, Maurício Rocha de. *Eclétismo arquitetônico na cultura pernambucana*. Recife: UFPE, 1992. (Dissertação de mestrado)

CATHEDRAL de Olinda, *Jornal do Recife*, Recife, 19 nov. 1912, p. 2.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estud. av.*, São Paulo, v. 5, n. 11, abril 1991.

CHECA-ARTASU, M. ; NIGLIO, O. (org.) *El neogótico en la arquitectura americana*. Historia, restauración, reinterpretaciones y reflexiones. Roma: Aracne Editrice, 2016.

COSTA MONTEIRO, *A Província*, Recife, 14 dez. 1924; 19 dez. 1924; 31 dez. 1924; 07 fev.1925.

COUTO, Ribeiro, O Patrimônio Artístico de Pernambuco. *A Província*. Recife, 30 mar. 1930, Seção 2, p. 7.

DIÁRIO de Pernambuco, Recife, 02 fev. 1914, p. 5.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Vol.1. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ESCOLA Manoel Borba. *A Província*. 17 dez. 1919, p. 3.

FABRIS, Annateresa. *Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização*. Anais do Museu Paulista. Nova Série, n.1, 1993.

FERNANDES, Aníbal. De uns e de outros ..., *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 jul. 1920, p.3.

_____. De uns e de outros..., *Diário de Pernambuco*, Recife, 04 jun. 1920, p.3.

_____. De uns e de outros..., *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 ago. 1920, p.3.

_____. De uns e de outros..., *Diário de Pernambuco*, Recife, 05 mar. 1921, p. 3.

_____. De uns e de outros..., *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 nov. 1919, p. 3.

_____. De uns e de outros..., *Diário de Pernambuco*, Recife, 08 jan. 1920, p. 3.

FREYRE, Gilberto. A Fisionomia das novas cidades. *Diário de Pernambuco*, Recife, 19 mar. 1925, p. 3.

_____. O Recife e as árvores. *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 nov. 1924, p. 4.

GONZALES, Rômulo José Benito de Freitas. *Arquidiocese de Olinda e Recife e a preservação de monumentos históricos (1910-1930)*. Recife: PGH-UFRPE, 2017. (Dissertação de Mestrado)

GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade e modernização. In.: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GOVERNO do Estado. *A Província*. Recife, 07 nov. 1913, p. 4.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

JORNAL do Recife, Recife, 13 jul. 1919, p. 2.

JORNAL Pequeno, Recife, 21 jan. 1931.

LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno in: *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2012.

LEVINE, Robert. Pernambuco e a Federação Brasileira. In: FAUSTO, Boris et al. *História Geral da Civilização Brasileira (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 130-171.

LUBAMBO, Cátia W. *Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero, a reforma urbana do início do século XX*. Recife: CEPE, 1991.

MAIA, Gonçalves. A Nota. *Jornal Pequeno*, Recife, 19 jan. 1914, p.1.

MELO, Mário. Da Paulicéia. *Jornal Pequeno*, Recife, 10 set. 1910, p. 1.

MENEGUELLO, Cristina. *Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra Vitoriana*. São Paulo: Annablume, 2008.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Editora Universitária UFPE. Vol. II. Periódicos do Recife (1876-1900). 1972.

NOTÍCIA Religiosa. *Jornal do Recife*. Recife, 06 jun. 1923.

O PINTOR Chambelland e a sua obra em Pernambuco. Artes e Artistas. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 abr. 1921, p.1.

OLIVEIRA NETO, Diomedes de. *Ecos das catedrais: representações do neogótico na neocristandade dos sertões de Pernambuco na década de 1920*. Mestrado em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Armando de. A Nossa Verdadeira Architectura. Estudos e Opiniões. *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 ago. 1920, p. 1.

ORLANDO, Arthur. Recife Novo. *Jornal Pequeno*. Recife, 11 mar. 1912, p.1.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa. (org). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

PESAVENTO, Sandra J. História, memória e centralidade urbana. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/3212>. Acessado em 23 de agosto de 2021.

REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: Fundarpe, 1997.

REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife: Histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

RODOLPHO Lima. *Almanach de Pernambuco*. Recife, 1911, Ed. 14, p. 177-178.

RODRIGUES, Rodrigo Cantarelli. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco*. Rio de Janeiro: UNIRIO/MAST, 2012. (Dissertação de Mestrado)

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Geraldo Gomes da. Arquitetura eclética em Pernambuco. In: FABRIS, Annateresa (org.). *O ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Edusp; Nobel, 1987, p. 177-207.

SOUZA BARROS, Manuel. *A década 20 em Pernambuco: uma interpretação*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. (org.) *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

XAVIER, Henrique. Subsídios para a História. *Jornal do Recife*, Recife, 09 dez. 1925, p.3.

ZUCCONI, Guido. *A cidade do século 19*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

3. ANEXO – Normas de Publicação da Revista Escrita da História (REH)

Diretrizes para Autores

Os trabalhos submetidos à avaliação e possível publicação no periódico, deverão atender aos seguintes requisitos:

Aspectos Gerais:

- a) A Revista Escrita da História (REH) publica artigos, resenhas, entrevistas, traduções de artigos ou entrevistas e transcrições críticas de fontes relacionadas, preferencialmente, a área de História, ou áreas afins.
- b) Os textos devem ser originais, inéditos e escritos em português ou espanhol.
- c) Não serão aceitos trabalhos encaminhados simultaneamente a outros periódicos do país ou do exterior.
- d) Os autores poderão ser graduandos, graduados, pós-graduandos, pós-graduados e professores da Educação Básica ou Superior. A análise das submissões levará em conta apenas a qualidade dos trabalhos e não a formação do autor.
- e) Após a publicação de um trabalho, o autor deverá aguardar o prazo de 1 ano para nova submissão.
- f) Os dados, conceitos e opiniões apresentados nos trabalhos, bem como a exatidão das referências documentais e bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.
- g) No ato da submissão de trabalhos, o autor mantém os direitos autorais e concede à Revista Escrita da História os direitos de primeira publicação, passando a estar o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution, que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.
- h) A Revista Escrita da História não cobra nenhum tipo de taxa para a publicação dos textos.

Especificações Formais:

- a) Todos os arquivos submetidos devem ser compatíveis com editor de texto Microsoft Word para Windows (2003 ou superior) ou semelhante, nas extensões “.doc”, “.docx”. O formato “.pdf” ou similares não serão aceitos.

- b) Utilizar fonte Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento 1,5; margens superior e esquerda de 3cm, e inferior e direita de 2cm.
- c) Os artigos devem ter a extensão mínima de 15 e máxima de 30 páginas, excetuando-se bibliografia e anexos. Os resumos devem apresentar no máximo 250 (duzentas e cinquenta) palavras acompanhadas de 3 a 6 palavras-chave. O resumo e as palavras-chave devem ser redigidos em português ou espanhol (para as submissões de artigo nestes idiomas) e acompanhados de resumos e palavras-chave em inglês ou francês.
- d) As resenhas devem ter a extensão máxima de 5 páginas, excetuando-se bibliografia e anexos. Devem ter como objeto livros publicados há no máximo 02 anos, contados a partir da data de submissão ao sistema, para livros publicados em português e 04 anos para livros publicados em outros idiomas e sem tradução para o português. Os autores devem propor um título à resenha.
- e) As submissões não devem conter, tanto no trabalho, quanto nas propriedades do arquivo, qualquer identificação do autor e instituição a que se vincula para não comprometer a análise dos pareceristas. A identificação deve ser feita pelo autor exclusivamente através do campo “Resumo da Biografia” no sistema da Revista Escrita da História, no ato da submissão, apontando titulação, vínculo institucional, cargo que ocupa e indicação de agências de fomento, caso haja (Exemplo: Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsa produtividade CNPq).
- f) O trabalho deve apresentar notas (comentários explicativos e referências bibliográficas) enumeradas exclusivamente em algarismos arábicos (ex.: 1, 2, 3...), colocadas em notas de rodapé, ao fim de cada página, e as referências bibliográficas, ao final do texto. O modelo de citação Americana (AUTOR, ano, página) NÃO é aceito. As citações de até três linhas devem estar entre aspas e no corpo do texto. Já as citações com mais de três linhas devem ser destacadas em corpo menor (Times New Roman, tamanho 10), sem aspas e com recuo à esquerda de 4cm. As intervenções feitas nas citações (introdução de termos e explicações) devem ser colocadas entre colchetes. As omissões de trechos da citação podem ser marcadas por reticências entre parênteses. As citações bibliográficas das notas de rodapé e da bibliografia final, devem seguir as normas da ABNT, conforme os exemplos a seguir:

Citação de livros: SOBRENOME, Nome. Título do livro em itálico. Edição (dispensável se for a primeira). Cidade: Editora, ano. p. ou pp.

Citação de artigos: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em itálico, Cidade, n., v., período da publicação, ano. p. ou pp.

Site e demais referências digitais: Título da chamada em itálico (quando houver). Disponível em: <<http://www.nomedosite.com>>. Acesso em: dia, mês, ano.

Arquivos, fundos documentais e demais fontes: devem respeitar a regras estipuladas pelos próprios órgãos que os preservam (quando houver).

Outros tipos de referências que, por ventura, possam ter sido utilizadas, serão padronizadas posteriormente.

g) Se o trabalho foi ou está sendo financiado por agência de fomento ou instituição, a mesma deve ser citada.

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos: a) autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista; b) autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista; c) autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja O Efeito do Acesso Livre).

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.